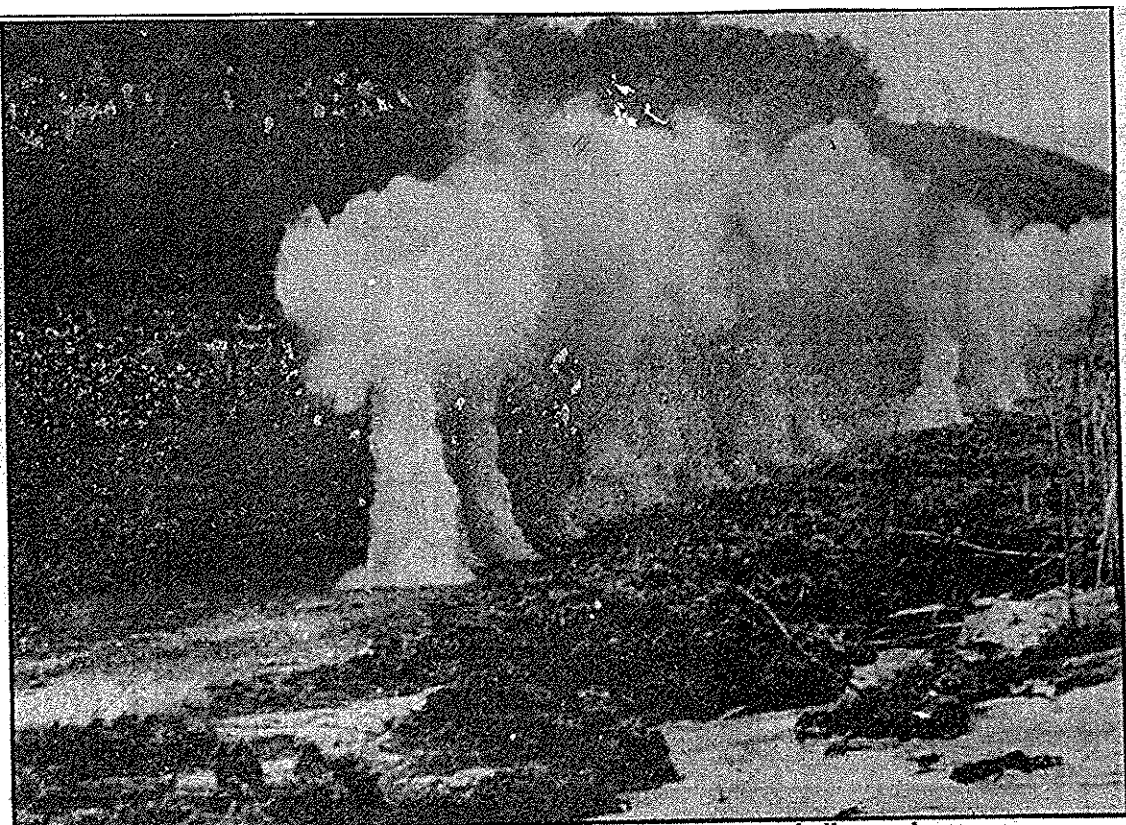




As primeiras pistas foram dinamitadas em maio e agora os trabalhos podem parar

Governo pode adiar destruição de pistas

A segunda etapa da operação de destruição das pistas clandestinas de pouso e a retirada de garimpeiros da reserva Ianomami, em Roraima, prevista para agosto, poderá ser adiada por prazo indeterminado. A previsão é do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Tércio Sampaio Ferraz. "Pode ser que isto venha a acontecer, quando houver recursos", declarou o secretário e acrescentou desconhecer a possibilidade de o Governo liberar Cr\$ 150 milhões à Fundação Nacional do Índio (Funai), conforme anunciado, há cerca de 15 dias, pelo presidente interino do órgão, coronel Ailton Alcântara,

que seriam destinados a financiar a nova etapa de desocupação da reserva.

Enquanto isso, as pistas clandestinas de pouso destruídas por ordem do presidente Fernando Collor estão sendo recuperadas pelos garimpeiros. Das 14 pistas dinamitadas em maio, três — Maracanã, Xiriana e Rainha do Inajá — voltaram a ser operadas pelos garimpeiros e mais seis, na área de Surucucus, estão em fase final de recuperação. Na avaliação da Funai, o fluxo de garimpeiros, que já é intenso entre Surucucus, Piaapiú e Jeremias, tende a aumentar no próximo mês, com o final das chuvas. Além disso, a alta co-

tação do ouro — hoje em Cr\$ 989,50 o grama — seria um bom estímulo ao retorno dos invasores. Ainda na análise da Funai, a partir de agosto os garimpeiros tentarão recuperar o impacto econômico que tiveram com a edição do plano Collor, que confiscou os depósitos bancários acima de Cr\$ 50 mil e forçou uma queda no valor do ouro. Em maio o grama baixou de Cr\$ 1 mil para Cr\$ 300,00.

Segundo o secretário Tércio Ferraz, as ações do Governo Federal na reserva foram dificultadas pelas decisões da Justiça de Roraima, que concedeu liminar em favor dos garimpeiros invasores.

Garimpeiros invadem uma jazida de ouro no Pará

Belém — Um grupo de cerca de 30 garimpeiros invadiu há poucos dias um área de extração de ouro controlada legalmente pela Mineração Transamazônica, localizada dentro da Reserva Nacional do Cobre, no limite entre o Pará e o Amapá. Os invasores começaram a abrir uma pista de pouso, através da qual pretendem colocar até dois mil garimpeiros na área. O fato foi comunicado esta semana ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pela direção da empresa, que teme que possa ocorrer um conflito entre seus seguranças e os garimpeiros.

Por causa dessa ameaça o diretor regional do DNPM, Idmilson Mesquita, pediu providências ao Ministério da Aeronáutica para evitar a abertura da pista de pouso. No passado, a Aeronáutica chegou a interditar e a dinamitar

outra pista que havia sido aberta na área. O DNPM comunicou o fato também à Polícia Federal, à Polícia Militar e à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Pará.

A Reserva Nacional do Cobre, que ocupa uma área de 45 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá, criada em 1984, está enfrentando agora uma grande polêmica. A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) possui os direitos exclusivos de pesquisa na área, mas as direções do CNPM e da própria CPRM estão propondo a realização de estudos para a extinção da reserva, o que é contestado por alguns setores. A Mineração Transamazônica é a única empresa que está atuando legalmente na reserva, tendo pago um milhão e meio de dólares por uma jazida de ouro.